TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembleia Legislativa de Pernambuco - Ano X – nº 95 – Outubro de 2010

CARLOS OLIVEIRA/ARQUIVO ALEPE



RENOVAÇÃO ATINGE MAIS DE 55% DO LEGISLATIVO

Páginas 4 e 5

OUTUBRO ROSA ALERTA SOBRE O CÂNCER DE MAMA

Página 2

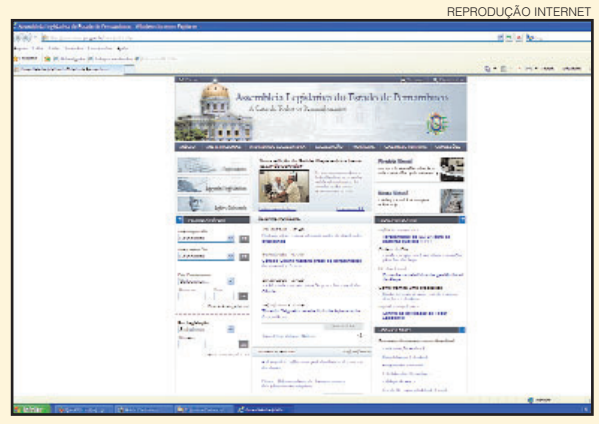
BRENO LAPROVITERA



CRESCE NÚMERO DE ACESSOS AO SITE DA ALEPE

Página 7

REPRODUÇÃO INTERNET



ARTIGO

AS ELEIÇÕES DE 2010 EM PERNAMBUCO

Aglaílson Júnior *


JOÃO BITA

As eleições de 2010 estão mostrando, mais uma vez, que a democracia brasileira está no caminho certo. No primeiro turno, com a votação para deputado estadual, consegui renovar meu mandato na Casa Joaquim Nabuco, motivo pelo qual quero agradecer a todo o povo pernambucano pelo voto de confiança que me foi dado. Motivo de orgulho é que conseguimos, por meio da escolha democrática do eleitor de Vitória de Santo Antão, votação majoritária no município. A nossa votação foi resultado do reconhecimento do povo de Pernambuco ao nosso trabalho. Não posso esquecer o ex-deputado e ex-prefeito da Vitória de Santo Antão José Aglaílson, de quem tenho muita honra de descender. Também não poderia deixar de agradecer ao apoio que o governador Eduardo Campos tem dado não só a mim, mas a todo o Pernambuco e, em especial, a Vitória de Santo Antão. A deputada mais votada de Pernambuco (inclusive nesse município), Ana Arraes, não pode ser esquecida pelo seu esforço e sua presteza em reivindicar melhorias para o nosso Estado e nossas cidades.

Passada essa primeira etapa das eleições, teremos agora que nos concentrar no segundo turno da campanha presidencial, que envolve duas candidaturas antagônicas. Na verdade, no meu entendimento, o que está em jogo é a continuidade ou não dos projetos lançados durante o Governo Lula.

Nos últimos anos, o povo brasileiro e, principalmente, o nordestino, tem presenciado mudanças substanciais no País. Obras estruturais - como o Complexo de Suape, a Transnordestina, a transposição do Rio São Francisco e a duplicação da BR-101 entre Natal e Maceió -, projetos sociais (em especial, o Bolsa Família) e investimentos em saúde e educação têm mudado a cara do Brasil. Em pouco mais de sete anos, saímos de uma situação difícil para, hoje, sermos reconhecidos no cenário internacional como um dos países que mais crescem no mundo.

Respeito internacional e respaldo interno. Esse reconhecimento é bastante significativo na Região Nordeste. É uma resposta do povo pelo muito que está sendo feito em prol dos nordestinos, principalmente pela descentralização dos investimentos do eixo Sul/Sudeste, o que deu a essa região um crescimento desigual em relação ao restante do País. O Brasil começou pelo Nordeste e foi para o Nordeste e, em especial Pernambuco, que o Governo Federal voltou sua atenção, não para privilegiar o Estado, mas na tentativa de minimizar a desigual vantagem em relação às regiões Sul e Sudeste, que sempre se beneficiaram de grandes investimentos feitos pelos presidentes anteriores.

Com a reeleição do governador Eduardo Campos, continuaremos a mudar a história de Pernambuco, com um governo voltado para a melhoria da qualidade de vida da população. Na Assembleia Legislativa, eu e meus colegas, do PSB e dos outros partidos, vamos dar continuidade ao trabalho que vem sendo feito em prol dos pernambucanos, sempre apoiando os projetos essenciais para o desenvolvimento de Pernambuco e do Brasil.

***Deputado pelo PSB**

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

OUTUBRO ROSA

PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA NA ALEPE

A Assembleia Legislativa de Pernambuco incrementou a luta pela prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. No último dia 13, em atenção ao pedido da Associação Pernambucana dos Amigos do Peito (Apeape), o Palácio Joaquim Nabuco recebeu iluminação especial na tonalidade rosa. A cor simboliza a campanha de combate mundial à doença, cujos males estão entre as principais causas do óbito feminino em todo o mundo. A iniciativa a que o Parlamento decidiu integrar foi implantada há dez anos pelo movimento conhecido, internacionalmente, como Rose Day e, no Brasil, como Outubro Rosa. Além do Poder Legislativo, o Palácio do Campo das Princesas – sede do Governo do Estado -; a Prefeitura do Recife; o Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip); e o JCPM Trade Center aderiram à campanha.



BRENO LAPROVITERA

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente**, Deputado Antônio Moraes; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Sebastião Rufino; **3º Secretário**, Deputado Aglaílson Júnior; **4º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira. **Assistente de Comunicação Social:** Cláudia Lucena. **Chefe do Departamento de Imprensa**: Marconi Glauco. **Editor:** Marconi Glauco. **Revisão:** Cláudia Lucena, Marconi Glauco e Christianne Alcântara. **Redatores:** Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Talita Arruda e Yanna Araújo. **Estagiários:** Jullimária E. Dutra e Paulo Maciel. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques. **Tratamento de Imagem:** Ricardo Verçosa. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3183-2107. PABX 3183.2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dcomunic@alepe.pe.gov.br*

ELEIÇÕES

Voto e Democracia no Brasil

No último dia 3, os brasileiros foram, mais uma vez, às urnas e elegeram governadores, senadores, deputados federais e estaduais. No próximo dia 31, voltam às cabines de votação para escolher, em segundo turno, quem vai presidir o País até 2014. Nesse momento fundamental à democracia, cabe uma análise da participação popular na escolha de gestores públicos no Brasil , que tem uma trajetória de 178 anos (quando não contabilizados os oito anos de suspensão do sufrágio, durante o regime autoritário do Estado Novo), com características próprias nas diferentes conjunturas políticas.

Em 1824, dois anos após ser proclamada a Independência e um ano depois da instalação da primeira Assembleia Constituinte, a publicação da Carta Magna definia os novos rumos a serem tomados no País. Naquele mesmo ano, os brasileiros, homens, com mais de 25 anos de idade, cuja renda fosse de 100 mil réis, poderiam eleger, de forma direta, os vereadores que seriam, entre outras coisas, responsáveis pela administração das vilas e cidades. Isso porque, àquela época, ainda não havia a figura do prefeito.



Para Neves, voto é o pressuposto da Democracia

Para a eleição de deputados e senadores, contudo, o voto se dava de forma indireta. A população deveria votar, em um primeiro momento, naqueles que seriam os eleitores. Esses também teriam de ter mais de 25 anos, porém remuneração acima de 200 mil réis. Em um segundo estágio, os homens escolhidos pelo povo votariam em quem iria atuar naquelas casas legislativas. Mulheres, escravos e analfabetos não participavam dos processos eleitorais. "O voto, então, era muito frágil. Censitário. Somente uma pequena categoria poderia votar e era preciso ter dinheiro para tanto", analisou o advogado, professor de Direito Eleitoral e mestre em Direito pela Universidade de Lisboa, Carlos Neves.

Segundo o especialista, alguns anos depois, já em 1916, temas como sociedade de massa, representação das minorias e a questão feminina começariam a ganhar força. Nesse período, o sufrágio universal também passaria a ser debatido com frequência.

Cerca de duas décadas mais tarde, em 1934, as mulheres brasileiras passavam a ter direito ao voto irrestrito (dois anos antes, já havia o voto feminino, mas de forma restrita - só algumas votavam). À época, o gaúcho Getúlio Vargas governava o País, após ser eleito pela Assembleia Constituinte, instalada com a deposição da República Velha. No que diz respeito às eleições, Vargas escreveu um capítulo à parte, como apontam os livros.

Foi ditador quando precisou defender seus interesses, suspendendo as disputas eleitorais entre 1937 e 1945 - ocasião em que vigorou o Estado Novo. "Mas foi populista, incluindo as massas, também para atender a interesses próprios", observou o professor de Direito Eleitoral. "Vargas era uma figura controversa", acrescentou. "Ao mesmo tempo em que acabava com a Justiça Eleitoral, com o Congresso Nacional e possuía características fascistas, reconheceu direitos como o salário mínimo, criou a carteira de trabalho e implementou tantas outras ações", destacou Neves, enquadrando tais comportamentos de Vargas na frase do cientista político italiano Gianfranco Pasquino: "O vício faz a virtude". Para o professor, muitos ditadores se fizeram de democratas.

Seguindo essa mesma lógica, o advogado lembrou ainda o exemplo do Golpe Militar imposto a partir de 1964. As eleições nesse período não acabaram, somente o processo eleitoral majoritário - presidente, governadores, prefeitos e parte das vagas para senador - foi suspenso. "A concorrência para o Poder Legislativo não era plural e as vagas para os parlamentos eram disputadas apenas pelos partidos da Arena e do MDB. Mantendo o pleito para as Câmaras, tanto Federal quanto municipais e Assembleias, a população, aparentemente, sentia-se participando das escolhas públicas", observou Neves. Esse cenário se modificaria, entretanto, a partir de 1985, com o fim da ditadura militar e o surgimento de diversos partidos.

A Constituição de 1988, acrescentou Neves, veio, sobretudo, garantir os direitos universais. "Diferentemente do que ocorreu no regime militar, momento em que o peso do voto era manipulado pelas leis do sistema vigente, o sufrágio passa a ser amplo e irrestrito com a publicação da última Carta Magna", rememorou o docente. Para ele, por mais que seja recente, não há como desconsiderar o avanço brasileiro dos últimos anos, do ponto de vista democrático. "O que vivemos hoje é, sem dúvida, melhor do que registramos no passado e, com certeza, o amanhã será ainda melhor. O voto é o pressuposto da Democracia e, por meio dele, é que nos faremos representar no Estado. Por isso, a importância de investir na formação popular, para que saibamos fazer bem nossas escolhas", pontuou.

(Mais eleições nas páginas 4, 5 e 6)

Evolução do Voto no País

1822 - Independência do País, em 7 de setembro. No ano seguinte, são selecionados os representantes da Assembleia Constituinte Brasileira

1824 - Promulgada a primeira lei eleitoral do Brasil independente, é realizado, então, o primeiro sufrágio. Somente homens com mais de 25 anos de idade e renda estabelecida podiam votar. Mulheres e escravos não votavam

1875 - Lançado o primeiro título de eleitor oficial

1881 - As eleições para as Assembleias Provinciais, Câmaras dos Deputados e Senado deixam de ser indiretas

1889 - Proclamação da República e fim da exigência de renda para ser eleitor

1932 - As mulheres passam a ter o direito de votar, mas de forma restrita. Nesse mesmo ano, é criada a Justiça Eleitoral

1937 - Instituído o regime autoritário de Getúlio Vargas, o Estado Novo. As eleições somente voltam a acontecer após o fim desse período, em 1945

1964 - Tem início a ditadura militar. Desta vez, ficam suspensas as eleições somente para o sistema majoritário (presidente, governadores, prefeitos e senadores). As eleições para deputados e vereadores são mantidas

1985 - Fim do regime militar. Novos partidos são registrados e, pela primeira vez na história da República brasileira, os analfabetos podem votar

1989 - Voltam a acontecer eleições diretas para presidente no País



1996
A cédula de papel dá lugar à urna eletrônica

1998 - Admitida a reeleição de chefes do Poder Executivo

2000 - A urna eletrônica é utilizada, pela primeira vez, em todas as localidades do Brasil durante um processo eleitoral

Fonte: Livro História do Voto no Brasil

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

RESULTADO DAS URNAS APONTA

Mais de 55% de renovação. Assim será a 17ª Legislatura, 2011/2014 na Assembleia Legislativa de Pernambuco, definida no pleito eleitoral deste ano, que ocorreu no último dia 3. Dos 49 deputados eleitos, apenas 22 mantiveram os mandatos. Dos outros 27, integraram a Alepe anteriormente, como parlamentares titulares, Betinho Gomes (PSDB) e Luciano Siqueira (PCdoB). Waldemar Borges (PSB), Alberto Feitosa (PR) e Ricardo Costa (PTC) já atuaram na Casa como suplentes.

Mudança também na bancada feminina: o número de integrantes diminuiu de nove para quatro. Ingressam no Parlamento Estadual, pela primeira vez, Raquel Lyra, Laura Gomes, ambas do PSB, e Mary Gouveia (PHS). Já a deputada Teresa Leitão (PT) contabilizará o terceiro mandato.

Outros estreantes na Alepe serão, pelo PSB, o Presbítero Adalto, Leonardo Dias, Aluísio Lessa, Vinícius Labanca, Odacy Amorim e Diogo Moraes. Além de Pedro Serafim Neto e Botafogo Filho, do PDT, Manoel Santos da Contag (PT) e Francismar Pontes e Júlio Cavalcanti, do PTB. Pelo DEM, Tony Gel. Adalberto Cavalcanti chega pelo PHS. Já Claudiano Filho, pelo PSDB, e Rodrigo Novaes, pelo PTC. O PMDB traz Gustavo Negromonte. Ramos representa o PMN; Rildo Braz, o PRP; e Daniel Coelho, o PV.

O índice de renovação, para o presidente da Casa e deputado reeleito, Guilherme Uchoa (PDT), está numa média semelhante à de pleitos anteriores. "Chega, aqui, uma turma muito jovem, mas que tem herança política. Por isso, eles não terão dificuldade de desempenhar, com êxito, o mandato no Legislativo", destacou.

Pastor Cleiton Collins, do PSC; Sílvio Costa Filho, Clodoaldo Magalhães, Izaías Régis, Everaldo Cabral e Marcantônio Dourado, do PTB; Sebastião Oliveira Júnior e Henrique Queiroz, do PR; João Fernando Coutinho, Aglaílson Júnior, Raimundo Pimentel e Ângelo Ferreira, do PSB; Isaltino Nascimento, Sérgio Leite e André Campos, do PT; Edson Vieira, Antônio Moraes e Carlos Santana, do PSDB; Eriberto Medeiros, do PTC, e Maviael Cavalcanti, do DEM, são os deputados reeleitos pelos pernambucanos.

(Mais eleições na página 6)

Composição d

Deputados Reeleitos


Aglaílson Júnior (PSB)


André Campos (P


Ângelo Ferreira (PSB)


Antônio Moraes (PSDB)


Carlos Santana (PSDB)


Clodoaldo Magalhães (PTB)


Edson Vieira (PSD


Eriberto Medeiros (PTC)


Everaldo Cabral (PTB)


Guilherme Uchoa (PDT)


Henrique Queiroz (PR)


Isaltino Nascimento


Izaías Régis (PTB)


João Fernando Coutinho (PSB)


Marcantônio Dourado (PTB)


Maviael Cavalcanti (DEM)


Pastor Cleiton Collins (


Raimundo Pimentel (PSB)


Sebastião Oliveira Júnior (PR)


Sérgio Leite (PT)

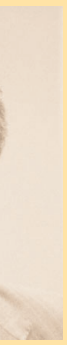

Sílvio Costa Filho (PTB)


Teresa Leitão (PT

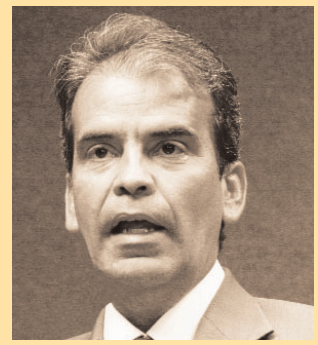
GRANDE RENOVAÇÃO NA ALEPE

la 17ª Legislatura– (Por ordem alfabética)

Deputados eleitos


T)


Adalberto Cavalcanti (PHS)


Alberto Feitosa (PR)


Aluísio Lessa (PSB)


DB)

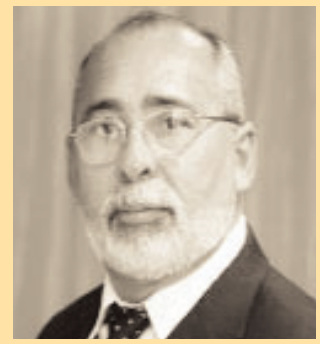

Betinho Gomes (PSDB)


Botafogo Filho (PDT)


Claudiano Filho (PSDB)


Daniel Coelho (PV)


Diogo Moraes (PSB)


Francismar Pontes (PTB)

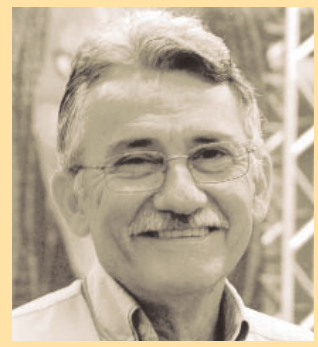

(PT)


Gustavo Negromonte (PMDB)


Júlio Cavalcanti (PTB)


Laura Gomes (PSB)


Leonardo Dias (PSB)


Luciano Siqueira (PCdoB)


Manoel Santos da Contag (PT)

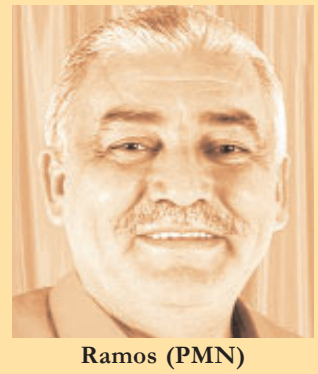

(PSC)


Mary Gouveia (PHS)


Odacy Amorim (PSB)

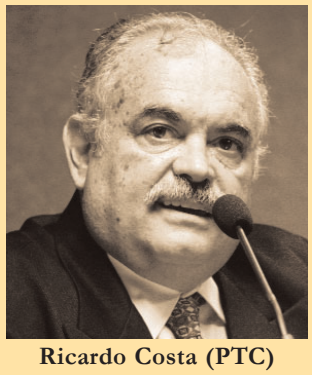

Pedro Serafim Neto (PDT)


Presbítero Adalto (PSB)


Ramos (PMN)


Raquel Lyra (PSB)

T)

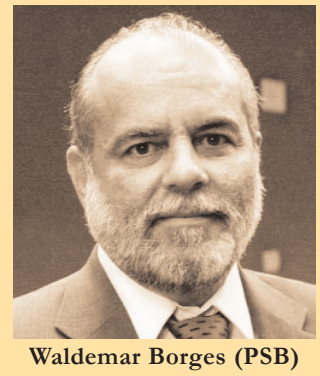

Ricardo Costa (PTC)


Rildo Braz (PRP)


Rodrigo Novaes (PTC)


Tony Gel (DEM)


Vinícius Labanca (PSB)


Waldemar Borges (PSB)

EDUCAÇÃO, SEGURANÇA E SAÚDE

ELEITOS EM 3 DE OUTUBRO TERÃO GRANDES DESAFIOS NO ESTADO

Mesmo reeleito com 82,84% dos votos válidos e tendo uma sólida bancada de apoio na Assembleia Legislativa (ver quadro das páginas 4 e 5), o governador Eduardo Campos ainda vai encontrar grandes desafios. Pelo menos é que pensa o cientista político José Maria Nóbrega. Em entrevista concedida à equipe de jornalismo da Alepe, antes da votação histórica que reconduziu o governador do Estado ao cargo, o estudioso e professor da Faculdade Maurício de Nassau enumerou algumas áreas que precisam de maior atenção do Governo de Pernambuco. Educação, saúde e segurança pública foram apontados por ele como segmentos que necessitam de investimentos diferenciados para contribuir com o desenvolvimento real do Estado. E ressaltou o papel da Alepe nesse contexto: "Executivo e Legislativo devem estar unidos. Precisamos de inteligência e de um governo que, com recursos escassos, perceba que é possível potencializar as ações se alocar os investimentos de forma racional e inteligente."

Apesar da melhoria do crescimento macroeconômico do Brasil nos últimos anos, especialmente de Pernambuco, José Maria Nóbrega aponta a educação como o principal desafio para o Governo do Estado. "Vivemos um momento de crescimento econômico significativo, muitos serviços são oferecidos e há necessidade de mão de obra qualificada. Por isso, a educação precisa de uma política de alocação de investimentos que leve em consideração a real necessidade da nossa economia em termos de recursos humanos", analisou.

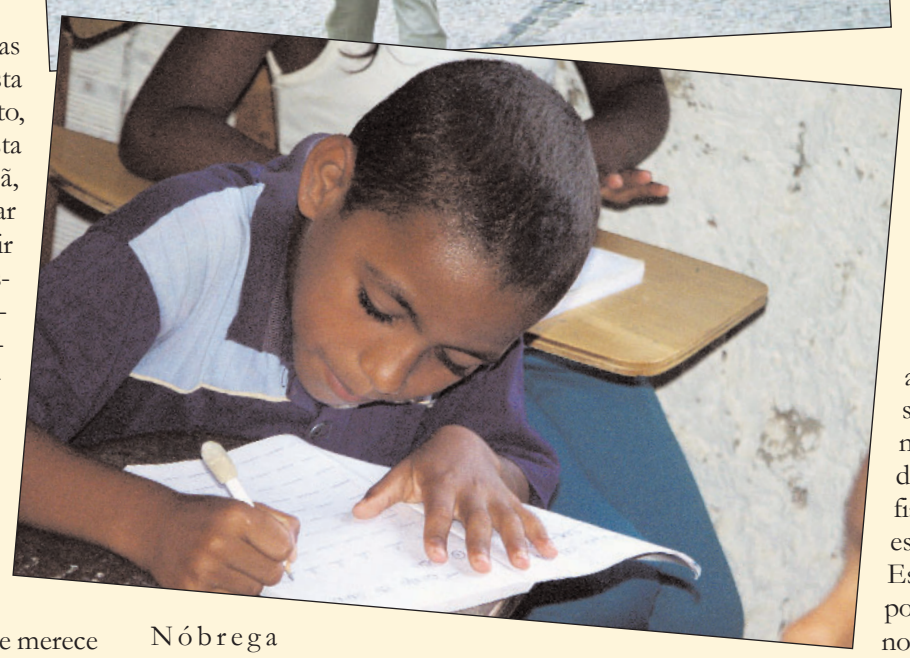
Para Nóbrega, o estudo antecipado das áreas carentes de mão de obra qualificada é uma pista a ser seguida pelo Executivo. Sob esse aspecto, segundo o professor, a educação não seria vista apenas como ferramenta de formação cidadã, mas para capacitar o jovem profissional a estar apto para o mercado de trabalho. "Como investir os recursos públicos - considerados sempre escassos do ponto de vista da economia como ciência - analisando as reais necessidades econômicas em termos de capital humano? Em que áreas específicas é necessário investir para que o jovem esteja empregado mais rápido?", questionou. Responder a essas perguntas é fundamental para guiar as estratégias de ação a serem adotadas pelo Governo, conforme análise do cientista político.

Depois da educação, José Maria Nóbrega aponta a segurança pública como outra área que merece atenção diferenciada. Segundo ele, os dois setores são determinantes para o desenvolvimento estadual. Mesmo com ações direcionadas ao combate da criminalidade,

FOTOS: ARQUIVO ALEPE







Nóbrega considera a taxa de homicídios em Pernambuco muito elevada. A média de 45 a 50 assassinatos por 100 mil habitantes é considerada alta, quando o ideal seria de 10. No Nordeste, a lacuna também é grande. Em 10 anos, a taxa de homicídios na região aumentou 106%. Em 1998, era de 8.100, em 2008, alcançou a marca de 16.729.

"O que está acontecendo? Os dados se igualam aos de países em guerra. Esses números elevados estão relacionados somente à pobreza e à desigualdade social? Pelo contrário, nesses últimos 10 anos, houve redução da desigualdade e da pobreza, graças à distribuição de renda patrocinada pelo Governo Federal e ao aumento da renda per capta familiar. Conclusão: pobreza e desigualdade não são mais as variáveis principais para justificar o crescimento da violência", avaliou. De acordo com Nóbrega, para mudar esse quadro, é necessário melhorar as políticas de segurança pública, área que vem recebendo atenção do atual Governo do Estado. "Bahia, Pernambuco e Alagoas são responsáveis por dois terços dos assassinatos do Nordeste. A união dos governadores de todos os Estados para definir estratégias nesse sentido ajudaria a rever o papel dos governos. Bons governos salvam vidas. Para isso, é fundamental a ajuda do Poder Legislativo no momento de disponibilizar dos recursos", completou.

Em relação à saúde, Nóbrega apontou as falhas quanto aos recursos humanos como um problema a ser resolvido. "Na saúde pública, a situação atual registra médicos residentes entrando em movimentos grevistas, os baixos salários como causa do desligamento de médicos que migram para a iniciativa privada. O capital humano é mais importante que infraestrutura", disse. Na opinião dele, a criação de unidades de saúde para desafogar grandes emergências, além da construção de novos hospitais, é fundamental. "Contudo, a estrutura antiga continua com grandes problemas. Ouvi relatos de profissionais de saúde que se sentem mal por falta de estrutura para atender pacientes graves. E, entre as falhas, a queixa sobre os baixos salários está presente", afirmou.

José Maria Nóbrega ainda frisou que, para alcançar o desenvolvimento esperado, é indispensável investir em capital humano (habilidades técnicas das pessoas) e em capital social (qualidade das relações pessoais entre os indivíduos de confiança). "Nenhuma sociedade se desenvolveu sem essas duas variáveis, utilizadas em países como Estados Unidos e Canadá, que são desenvolvidos porque a sociedade se desenvolveu e houve reflexo no Estado. Por mais que tenhamos crescimento do PIB e da macroeconomia não vamos nos tornar desenvolvidos sem capital humano. É impossível. Portanto, é necessário investir em educação", concluiu.

TRANSPARÊNCIA

Portal da Alepe é cada vez mais procurado pelos internautas

O número de acessos ao site da Assembleia Legislativa vem aumentando a cada dia. Em média, são aproximadamente mil buscas diárias. A grande maioria dos registros é oriunda do público externo. O levantamento foi feito pela Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica da Alepe. "O cidadão esta cada vez mais interessado em se informar sobre o que se passa na Casa", disse o superintendente do setor, Bráulio Lira.

A ferramenta mais acessada é o clipping jornalístico, que oferece ao internauta uma seleção de notícias, envolvendo a Casa ou parlamentares, publicadas em jornais ou em outros veículos de comunicação. Dos 892.960 registros na seção, 874.450 foram de pessoas de fora da Assembleia. "Apenas 18.510 acessos foram internos", observou, acrescentando que as buscas são superiores, inclusive, à da página de abertura do site. "Muitos nem sequer passam pela página inicial, vão direto ao endereço do clipping", explicou.

O pouco registro interno demonstra falta de conhecimento da ferramenta por parte dos funcionários, na opinião de Bráulio. "O clipping eletrônico, às vezes, é mais completo, pois contém notícias publicadas na Internet que não estão disponíveis na seleção impressa de matérias", avaliou o superintendente. Visualização de requerimentos (688.758); notícias do Diário Oficial (471.074); proposições (404.783); páginas dos parlamentares (88.412); e lista de frequência (61.278) são também alguns dos links mais acessados pelo internauta externo.

Estão entre os favoritos do público interno, a página inicial, com 397.782 acessos; Últimas Notícias (56.972); Fotojornalismo (42.839); e pesquisa no Diário Oficial (36.512). O site foi totalmente repaginado em 2008, ficando com visual mais atrativo. Ao todo existem 120 seções. No período da pesquisa, o Plenário Virtual teve cerca de 11 mil acessos entre público interno e externo.

O próximo passo, segundo Bráulio, é atualizar o LegisPe. O setor traz uma coletânea da legislação pernambucana, publicada a partir de 1º de janeiro de 1988, composta da Constituição Estadual, Decretos Legislativos, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos do Poder Executivo. "Na nova versão, haverá vinculação de leis e os cidadãos poderão acompanhar as mudanças na legislação", ressaltou. O endereço do site da Alepe é *www.alepe.pe.gov.br*.

JOÃO BITA



Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica da Alepe, Bráulio Lira comemora crescimento no número de acessos à página do Poder Legislativo, que oferece diversas ferramentas aos internautas interessados em acompanhar os trabalhos legislativos



ESTUDOS

LEGISLATIVO PARTICIPA DE EVENTO DO GOVERNO DO JAPÃO

Projeto Ficha Limpa é debatido em encontro sobre corrupção no mundo

A Assembleia Legislativa de Pernambuco está participando do evento promovido pelo Governo japonês sobre corrupção, de 13 de outubro a 12 de novembro deste ano, em Tóquio. A Casa é representada pelo procurador Douglas Moreno, que teve o trabalho de sua autoria, intitulado *Projeto Ficha Limpa,* selecionado pelo Japão para ser exposto no congresso. A entidade governamental responsável pela seleção dos trabalhos e organização é a *Japan International Cooperation Agency* (Jica).

De acordo com Douglas Moreno, a Jica é o órgão do Governo japonês que tem a função de contribuir com o crescimento de nações em desenvolvimento. "Os japoneses acreditam que, melhorando a vida nesses países, colaboram com as práticas comerciais e relações internacionais, além do desenvolvimento humano", explicou. Além de Brasil e Japão, mais 16 países participam do congresso. São eles, Paraguai, El Salvador, México, Vietnã, Tailândia, Filipinas, Ucrânia, Zimbábue, República do Congo, Botswana, Iraque, Afeganistão, Paquistão, Nepal, Indonésia e Sri Lanka. "Vamos trocar experiências sobre medidas eficazes de combate à corrupção. Minha expectativa é saber a visão dos demais países sobre a lei brasileira e quais mecanismos eles utilizam para selecionar melhor os representantes políticos", comentou o procurador.


Douglas Moreno apresenta projeto em Tóquio

Segundo Douglas Moreno, a ideia não é defender nem criticar o Projeto Ficha Limpa. "Queremos fazer uma análise científica, mostrando como a lei está sendo interpretada e quais os possíveis avanços que o texto trouxe. Depois, aguardar a opinião dos representantes das demais nações", ressaltou.

O evento terá atividades diversas, incluindo visitas a órgãos públicos, como ao Parlamento do Japão, e aulas com professores japoneses sobre práticas contra a corrupção. Todas as despesas de viagem dos representantes de cada país foram custeadas pelo Governo japonês, de forma que a participação do procurador da Assembleia não trouxe ônus para a Casa. "A Alepe contabilizará o bônus de ter participado de um congresso desse porte, refletindo, assim, de maneira positiva na sua imagem como instituição pública", afirmou.

TOBIAS BARRETO É PERSONAGEM CENTRAL DE TESE

Quatro anos dedicados ao estudo de um período marcante da cena intelectual pernambucana. Foi na inquietude dos pensadores da Escola do Recife, movimento do século XIX liderado, entre outros, pelo sergipano Tobias Barreto, que a procuradora do Poder Legislativo Graziela Bacchi Hora encontrou embasamento para a tese de doutorado em Filosofia do Direito. O trabalho, desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), teve como foco analisar a influência do discurso crítico de Barreto na construção da retórica no Brasil.

Longe de ser um herdeiro de senhores de engenho, cuja conquista do saber seria facilitada pelas posses da família, o jurista, filósofo e poeta nordestino foi obrigado a percorrer caminho diferente dos contemporâneos, como lembrou a procuradora. Mulato, de origem simples, Barreto aprendeu latim com religiosos católicos. Aos 15 anos - dois após iniciar os estudos da língua - tornou-se professor do idioma. Ainda jovem, seguiu para Pernambuco, onde estudou na Faculdade de Direito do Recife - instituição da qual, anos depois, viria a ser patrono.

Polêmico e apaixonado pela filosofia, Tobias Barreto é responsável por fazer as primeiras citações, no Brasil, das obras do pensador alemão Karl Marx e por trazer, ao estudo do Direito, autores como o também alemão Rudolf von Jhering - "fonte clássica em teoria da interpretação e da vontade", segundo Graziela.

A literatura germânica foi, inclusive, uma de suas paixões. Como era autodidata, Barreto aprendeu mais esse idioma e editou o jornal o Deutscher Kämpfer (Lutador Alemão). "E o interessante é que o periódico circulava no município de Escada", ressaltou a pesquisadora.

De acordo com a procuradora, a genialidade de Tobias Barreto ia além da dedicação ao conhecimento e ao estudo incessante. Para Graziela, o diferencial do sergipano estava na capacidade de "questionar e inovar conceitos que ficaram estáticos com o passar dos anos". "A Escola do Recife vai representar, justamente, essa modificação. O movimento intelectual cria algo novo no Brasil e se configura como sopro de inovação dentro do estudo jurídico, da filosofia e do conhecimento geral", salientou, acrescentando que, nesse cenário, o jurista nordestino simbolizava algo ainda maior: "a possibilidade de se criar uma identidade nacional".

"Era um pensador mulato, originário das classes menos abastadas e que não aceitava ser subserviente às escolas europeias, diferentemente do que ocorria na Faculdade de Direito de São Paulo, onde, segundo os recifenses, estaria apenas se assimilando o conteúdo de fora", complementou. A preocupação com as lutas, revoluções e manifestações populares vai ter início, então, com os intelectuais em atuação em Pernambuco. E, conforme Graziela, na tentativa de construir uma identidade brasileira, o empirismo passou a ganhar destaque - por corresponder mais à realidade do povo.

Foi nos discursos de Barreto que o ataque às argumentações elitistas ganhou força. "Dessa forma, ele encontrou o caminho para desmascarar hipocrisias e falsos intelectuais. Se existe algo constante nesse pensador e em tudo o que produziu é, justamente, a contraposição a qualquer dogmatismo", frisou a pesquisadora, que não se ausentou da Assembleia Legislativa para desenvolver o trabalho.

RINALDO MARQUES


Para Graziela, estudo é importante para sua atuação

Graziela fez questão de retribuir, ao final, o apoio dispensado pela Procuradoria Geral e pela Casa, durante o doutorado. "Esse estudo só tem a contribuir à prática no Parlamento. Como minha atividade é baseada na confecção de pareceres opinativos, o aprofundamento nos estudos de Retórica e Filosofia do Direito favorece a abertura do olhar à interpretação das leis", pontuou.